

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 52.959 - GO  
(2017/0014293-6)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE : ESTADO DE GOIÁS**  
**PROCURADOR : SANDRO FERREIRA COELHO E OUTRO(S) - GO018299**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**  
**INTERES. : MARIA DE LOURDES RIBEIRO**

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. RAZÕES QUE NÃO IMPUGNAM, ESPECIFICAMENTE, O FUNDAMENTO DA DECISÃO RECORRIDA. SÚMULA 182/STJ E ART. 1.021, § 1º, DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão julgara Recurso Ordinário em Mandado de Segurança interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73.

II. A decisão ora agravada, com fundamento no entendimento firmado pela Primeira Seção do STJ no julgamento do REsp 1.474.665/RS, submetido ao rito do art. 543-C do CPC/73, deu provimento ao Recurso Ordinário para declarar a possibilidade do deferimento, na origem, das medidas postuladas pelo agravado, mormente a imposição de multa diária, caso seja descumprida ordem de fornecimento do medicamento postulado na inicial.

III. O Agravo interno, porém, não impugna, especificamente, o fundamento da decisão agravada, pelo que constituem óbices ao conhecimento do inconformismo a Súmula 182 desta Corte e o art. 1.021, § 1º, do CPC/2015. Nesse sentido: STJ, AgInt nos EAREsp 608.466/PR, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 30/04/2018; AgInt no AREsp 872.839/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 29/05/2018; AgInt no REsp 1.661.733/PE, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/09/2017; AgInt no AREsp 860.148/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 03/05/2016; AgRg no AgRg no AREsp 731.339/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 06/05/2016; AgRg no AREsp 575.696/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe de 13/05/2016.

IV. Agravo interno não conhecido.

## **ACÓRDÃO**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Francisco Falcão, Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES

Relatora

